

Só 63 parlamentares influem nas decisões

Levantamento feito por empresa de consultoria mostra que uma espécie de elite legislativa define os rumos da Câmara e do Senado

RITA TAVARES

BRASÍLIA — As decisões do Congresso Nacional são produto do trabalho de uma elite parlamentar. Do total de 584 deputados e senadores, apenas 63 formulam, articulam e negociam os projetos, influenciando a decisão dos outros. A Góes & Consultores Associados, empresa de Brasília, pesquisou os debates, e votações da Câmara e

do Senado e constatou que o poder no Legislativo é desses 63 parlamentares. São eles, com sua força e influência, que devem ditar os rumos da revisão constitucional, que começará em outubro.

É um grupo heterogêneo. O analista político Walder de Góes, que coordenou a pesquisa, dividiu os 63 parlamentares em quatro categorias: os formuladores, os debatedores, os negociadores e

os formadores de opinião. O primeiro time é o mais restrito, tem um reduzido número de integrantes. No último grupo, de formadores de opinião, está a maior parte dos 63 parlamentares.

A elite nunca foi tão grande como é hoje. Em 1988, na Constituinte, apenas 43 deputados e senadores eram integrantes do grupo decisório. A partir da promulgação da Carta, a turma de deputa-

dos e senadores com grande influência oscilou em torno de 50 integrantes.

A rotatividade no grupo mais poderoso do Congresso é alta. Os deputados Delfim Netto (PDS-SP) e José Serra (PSDB-SP) são alguns dos raros nomes praticamente efetivos. A maioria entra e sai de acordo com trabalho que faz ou do tema prioritário. "A capacidade de influir na dinâmica do Congresso

Nacional está sempre reduzindo o prestígio de uns e aumentando de outros", afirma Góes. Os parlamentares que foram excluídos da elite entre a última pesquisa e a atual são preservados pelo consultor. Mas na turma que detém o poder, existem atualmente alguns debutantes no Parlamento.

Góes cita dois exemplos: o deputado Sérgio Machado (PSDB-CE), do grupo de arti-

culadores, e o senador Amir Lando (PMDB-RO), que está entre os formadores de opinião. Góes explica que Machado é dono de uma espécie de "poder invisível", porque está sempre nos bastidores de decisão do PSDB. E Lando, que despontou no Congresso como relator da CPI do Esquema PC, conseguiu manter seu prestígio, tanto que hoje é o relator da CPI da Privatização.